



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

FORMAÇÃO ANTIRRACISTA, ANTIPATRIARCAL, ANTI-HOMOFÓBICA E COLETIVOS JUVENIS NA UFPA

MARIA ANTONIA CARDOSO NASCIMENTO¹

YVES YARA OLIVEIRA ALVES²

ADRIANA BENEDITA AZEVEDO DA SILVA³

TAINÃ DE SÁ PORTO⁴

RESUMO

A organização juvenil destaca-se historicamente como questionadora da ordem pautada nas relações de exploração, opressão e dominação expressa no racismo, machismo e, por conseguinte, homo e transfóbica. Esta comunicação apresenta, resultados da pesquisa que analisa contribuição de jovens na problematização das ações de inclusão de negros, quilombolas e LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Pará.

Palavras-chave: Coletivos juvenis. Discriminação. Lutas sociais.

ABSTRACT

The youth organization has historically stood out as a challenger to the order based on relations of exploitation, oppression and domination expressed in racism, sexism and, consequently, homophobia and transphobia. This paper presents the results of a research that analyzes the contribution of young people in problematizing the actions of inclusion of black people, quilombolas and LGBTQIAPN+ at the Federal University of Pará.

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

Keywords: Youth collectives. Discrimination. Social struggles.

Introdução

A bibliografia concernente à relação Estado e sociedade civil tem chamado atenção para a relevância dos movimentos sociais na luta pelo reconhecimento, expansão e garantia dos direitos. Os coletivos juvenis, especialmente as(os) jovens universitárias(os), têm se destacado como um dos segmentos que coloca em questão a ordem capitalista (Grosso; Filho; Machado, 2008) patriarcal e racista, reverberada no racismo, no machismo e, por conseguinte, na homofobia e transfobia, dentre outras formas de discriminação e preconceitos, oriundos da negação do direito de existir de forma diferente da sociabilidade burguesa e colonial. As duas primeiras décadas do século XXI, exceção para o período 2018 a 2022, foram marcadas pela incorporação na agenda governamental brasileira de várias demandas do movimento social em geral e dos coletivos juvenis, em especial, que se posicionam a respeito das ameaças de retrocesso dos direitos constitucionais e reivindicam a manutenção das conquistas.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), como Instituição de Ensino Superior (IES), tem se constituído uma expressão do reconhecimento das demandas postas pelas lutas e movimentos sociais, ofertando processos seletivos especiais, que possibilitam a inclusão e acessibilidade de pessoas negras, indígenas, quilombolas, trans, travestis e com deficiência. Não obstante, para além da incorporação legal, a efetivação das ações afirmativas tem se revelado complexa do ponto de vista da qualificação pedagógica e política do antirracismo, antipatriarcal e anti-homofóbica. Os resultados preliminares da pesquisa em andamento sobre a referida temática apontam para uma diversidade de coletivos juvenis em Belém, cuja pauta de mobilização inclui a defesa nos projetos pedagógicos dos cursos/faculdades de componentes curriculares que problematizem o racismo e o patriarcado de forma qualificada no contexto da crítica ao capitalismo liberal, que tende a mercantilizar a dimensão política das lutas.

Além desta introdução, a exposição está organizada em duas seções: na primeira, elucidamos uma breve apresentação do debate teórico-metodológico que tem subsidiado a análise do objeto da pesquisa; na segunda parte apresentamos a metodologia; e, posteriormente analisa-se o protagonismo dos coletivos juvenis a partir dos dados levantados, seguida das considerações finais.

Pela unicidade da classe social/raça/etnia/patriarcado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nas últimas décadas, as pesquisas na área das ciências humanas e sociais têm reconhecido e incorporado antigas demandas dos movimentos sociais de negras(os), indígenas, feministas e lésbico radical feminista, que chamam atenção para a necessidade de reconhecer a tessitura entre desigualdade e diversidade na análise das condições de vida das pessoas ou sujeitos de investigação da realidade social. A constituição das mulheres, da raça e, mais recentemente, da etnia e do gênero como categorias sociais e históricas, interpelou o conceito de classe, predominante na teoria crítica e emancipatória, ao salientar desigualdades conformadas em seu bojo, pela mediação de outras relações de exploração, opressão, apropriação e dominação.

Devulsky (2016, p. 26) se posiciona sobre a referida perspectiva nos seguintes termos:

Desse modo, é preciso inverter o sentido da cobrança de 'consciência de classe' pendente hoje sobre as intervenções políticas de recorte racial, buscando compreender de que modo é possível construir saberes voltados à emancipação completa por meio da integração do racismo e do sexismo como partes estruturantes da reflexão.

Falquet (2012, p. 15), ao assinalar sobre a lesbianidade como movimento social e sua teorização política, destaca:

Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos.

Ao reconhecer a complexidade de articulação das lutas e dos movimentos sociais, destaca:

É sabido, os problemas são numerosos e complexos. Para nos guiar, nós dispomos, entretanto, de ferramentas – que restam a aperfeiçoar: as teorias da imbricação das relações de sexo, de raça, de classe e a análise do 'pensamento *straight* [hetero]' (Falquet, 2012, p. 24).

As propostas, da perspectiva do imbricamento, do *nó* (Saffioti, 1991), da alquimia (Castro, 1992), da interseccionalidade (Collin; Bilges, 2019), da consubstancialidade/coextensividade (Kergoat, 2010), presentes nos estudos de pesquisadoras(es) brasileiras(os), embora não sejam interpretadas de forma homogênea, chamam atenção para a unidade e a diversidade da classe trabalhadora, salientando a necessidade da unicidade raça, etnia, gênero e da sexualidade das pessoas, controladas pela ordem patriarcal.

Nessa direção, a perspectiva da consubstancialidade/coextensividade propõe que toda análise concernente às desigualdades interprete as relações sociais de classe, raça, etnia e gênero como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estruturantes dos sistemas de exploração, mesmo que estabeleçam mediações com opressões diversas. Em outros termos, a proposição teórico-metodológica defendida é de que a essência capitalista desigual tenta transformar a diversidade em sinônimo de desigualdade, retirando dela a sua natureza igualitária, de respeito às diferenças.

Hirata (2014, p. 63), ao se reportar à relação entre interseccionalidade e consubstancialidade/coextensividade, admite que tais categorias se caracterizam pela “proposta de não hierarquização das formas de opressão”. Ou seja, uma interlocução crítica com segmentos intelectuais de legado marxista, que resistiram e resistem, a problematizar a raça, o patriarcado como estruturas fundamentais na configuração das desigualdades, a despeito de reconhecerem que a pauperização tem raça, etnia e gênero.

No contexto de disputas das ideias concernentes à busca por uma sociedade mais igualitária, o debate público brasileiro, hoje, tem sido qualificado pela produção e pelo ativismo de mulheres negras(os), indígenas, pessoas LGBTQIAPN+ e com deficiência, que não temem a elaboração de perguntas *incômodas* dirigidas ao tempo passado, presente e às instituições que produzem e reproduzem as desigualdades. Este processo que não se propõe a negar a onipresença da sociedade dividida em classes sociais, reafirma a necessidade de sua superação, ao conceber a unicidade classe, raça, etnia, patriarcado, como ferramentas heurísticas. A produção do Serviço Social brasileiro é uma ilustração deste movimento, como destacam, dentre outras e outros, Rocha (2014); Bezerra e Veloso (2015); Eurico (2017); Gonçalves (2018); Cisne e Santos (2018); Elpídio (2021).

Nesse sentido, a proposta metodológica da consubstancialidade/coextensividade tem se colocado como fundamental nas pesquisas sobre geração e, por conseguinte, jovens e juventude. A literatura sobre jovens e juventude no Brasil (Abramo, 1999; Abramo; Freitas; Sposito, 2000; Novaes, 2000; Groppo, Filho; Machado, 2008; Corrochano, 2012; Menezes; Costa; Araújo, 2013), tem reiterado a relevância da mencionada perspectiva teórico-metodológica, identificando as(os) jovens e a juventude no plural ou como juventudes, abarcando a complexidade das estruturas de exploração/dominação/opressão.

Metodologia

O trabalho de campo do projeto de pesquisa iniciou com o levantamento e aprofundamento da bibliografia mais atualizada sobre juventude e jovens. Posteriormente, realizamos o mapeamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de estudos sobre a temática nos programas de Pós-Graduação na UFPA, no sentido de adensar a reflexão proposta. Em seguida, realizamos o mapeamento dos coletivos de jovens na Região Metropolitana de Belém (RMB). A amostra da pesquisa é constituída por pessoas com idade entre 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude (2013). Embora um dos critérios da amostragem seja que as(os) jovens devem residir na RMB e estarem vinculadas(os) a coletivos juvenis do movimento negro, indígena, feminista, LGBTQIAPN+, com atuação dentro e fora da UFPA, observamos durante o mapeamento outras vinculações, principalmente partidária, com partido de extrema direita.

Analisando os resultados obtidos no mapeamento de pesquisas sobre a temática nos programas de Pós-Graduação na UFPA, podemos constatar que a pesquisa e a produção acadêmica no âmbito da Pós-Graduação nas áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Educação acerca das(os) jovens e das juventudes, mostra-se mais expressiva na área da Educação, pois no Instituto de Ciências da Educação (ICED), contabilizou-se 23 (vinte e três) produções, sendo a maioria dissertações de mestrado. Em seguida, a área de Ciências Humanas, haja vista que no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), identificamos oito trabalhos. No Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), encontramos cinco dissertações e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), um dos programas mais antigo da UFPA e da Amazônia brasileira, apenas três dissertações.

Observamos que a maioria das produções resulta de pesquisas realizadas a partir da primeira década de 2000, mais precisamente 2010, ou seja, bastante recente. A relação deste dado com o acúmulo de estudos sobre a temática na área das Ciências Sociais e Humanas no Brasil, permite questionar os motivos da inexpressiva investigação em nível *stricto sensu* na UFPA. Ao relacionarmos as produções com a temática Juventude e Participação Política, os dados mostram-se mais inquietantes, uma vez que foram encontradas apenas duas produções sobre participação e organização política de jovens, seja em movimentos sociais ou estudantis. Cabe destacar que Juventude e Política, aparecem transversalizados em várias dissertações e teses que têm como objeto de estudo a cultura, a educação, o lazer, o trabalho, a saúde, entre outros.

Em relação ao mapeamento dos coletivos juvenis, identificamos 30 organizações que objetivam a participação e organização política de jovens na RMB. Elas(es) militam em sindicatos e, principalmente, em partidos como Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Democrático Brasileiro (MDB), Partido Liberal (PL)⁵. Não obstante, a maioria dos coletivos está vinculada a partidos de esquerda, sendo 12 coletivos vinculados às tendências existentes nos Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista e Liberdade (PSOL). Enquanto o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista Revolucionário (PCR), são identificados em cinco coletivos.

Os coletivos orientados por pautas igualitárias, foco do projeto de pesquisa, como qualquer prática social, reverberam tensões interna e externa, principalmente no que diz respeito à prioridade das ações, mas tem se observado que suas(seus) sujeitos reconhecem como lutas e pautas fundamentais o combate ao racismo, machismo, LGBTQIAP+fobia, a defesa do meio ambiente e, mais recentemente, o capacitismo. Esses coletivos recebem as seguintes denominações: Coletivo de Juventude Negra do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Coletivo Xica Manicongo, Coletivo Juntos, Orquídeas, Movimento Correnteza, União da Juventude Socialista (UJS), União da Juventude Comunista (UJC), Levante Popular da Juventude, Kizomba, Juventude Revolucionária, Rebeldia, Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ), Associação dos Discentes com Deficiência da UFPA (ADD), Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA), Coletivo Negritude em Movimento, Coletivo Jovem de Meio Ambiente Pará (Engajamundo), Coletivo Prosseguir e Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável.

Protagonismo dos coletivos na UFPA

Como já mencionado, a UFPA tem buscado materializar as legislações concernentes à Política de Ações Afirmativas, como a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003; a Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008; a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013; e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, dentre outras, ofertando processos seletivos especiais, como a Cota Escola, reservada para alunas(os) egressas(os) de escola pública; a Cota Racial, identificada atualmente por Cota Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), que contempla egressas(os) de escola pública; a Cota Renda, para estudantes oriundas(os) de famílias cuja renda per capita é de até 1,5 salário mínimo e a Cota PcD, dirigida para Pessoas com Deficiência. Ademais, desde 2017, existe a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS), que é responsável pelo planejamento, coordenação, implantação e acompanhamento das ações de políticas afirmativas da instituição.

⁵ Pelas postagens presentes no Instagram, este pode ser considerado o mais reacionário, denominado Direita Jovem do Pará, que objetiva “a proteção dos direitos naturais de vida, liberdade e propriedade, defendendo a família e a pátria”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A despeito do cumprimento das legislações, a implantação das ações afirmativas por meio das cotas na instituição deve-se às lutas de grupos de pessoas negras(os), indígenas e LGBTQIAP, que conseguiam ingressar na universidade antes das leis mencionadas, sem, contudo, terem visibilidade institucional. Não há dúvidas que hoje a UFPA apresenta um aumento nunca visto, principalmente de discentes negras(os), indígenas, mulheres cis gênero e homens trans, travestis, pessoas não binárias, pessoas com deficiência e quilombolas⁶, em sua maioria pertencentes à classe trabalhadora.

Dados referentes à declaração de gênero no Processo Seletivo de 2024 retratam o seguinte quadro: mulher cisgênero: 28.239 (61,9%); homem cisgênero: 17.029 (37,3%); mulher transexual/transgênero: 60 (0,1%); homem transexual/transgênero: 68 (0,2%); não-binário: 208 (0,5%)⁷. Quanto ao quantitativo de discentes matriculadas(os) cadastradas(os) nos cursos regulares, por gênero, em Belém, dados de 2022⁸ destacam como matriculadas(os): 12.206 (50,70%) feminino e 11.866 (49,30%) masculino; e como cadastradas(os): feminino: 14.865 (48,67%) e masculino: 15.679 (51,33%), ou seja, há mais estudantes cadastrada(/os) do que matriculadas(os), indicando a identificação masculina com uma pequena elevação.

Em relação à raça e etnia das(os) estudantes da UFPA, a única informação oficial que obtivemos diz respeito a 2019⁹. Nesse sentido, registra-se: 13% pretas(os), 61,3% pardas(os), 19,3% brancas(os), 2% amarelas(os), 3,4% quilombolas e 1% indígenas, isto é, a maioria da raça negra¹⁰. Dados de 2020, concernente a quilombolas e indígenas, demonstram que houve uma

⁶ NOGUEIRA, Carolina. Ingresso de jovens negros nas universidades aumenta 205% com a lei de cotas. Disponível em: Poder 360. Com.br/educação/ingresso-de-negros-em universidades-aumenta- 205-com-lei-de-cotas, ago. 2022. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁷ SIGAA. Anuário Estatístico 2023 UFPA - Ano Base 2022. Ver Seção Atividades Acadêmicas, Tabela 27 - Quantitativo de matriculados/cadastrados nos cursos regulares por gênero em Belém - (2022). Disponível em: <https://www.anuario.ufpa.br/index.php/2-atividades-academicas/86-anuario/tabelas/217-tabela-27>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁸ Adverte-se para o fato de que estes dados se referem apenas às(aos) discentes matriculadas(os)/ cadastradas(os) nos cursos regulares em Belém, sem indicadores referentes à conclusão, trancamento ou evasão.

⁹ O levantamento dos dados referentes à raça e etnia mostrou-se problemático, devido à falta de registros oficiais atualizados. O único dado encontrado concernente à identificação racial e étnicas das(os) estudantes da UFPA é da "V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018", pesquisa realizada em 2019, e que tem como base dados do ano de 2018, o que, certamente, já se mostram insuficientes.

¹⁰ V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018, presente no artigo "Dados inéditos coletados em pesquisa nacional revelam quem está hoje na maior universidade da Amazônia", do site oficial da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/10267-dados-ineditos-coletados-em-pesquisa-nacional-revelam-quem-esta-hoje-na-maior-u-niversidade-da-amazonia#:~:text=Perfil%20-%20Pela%20primeira%20vez%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de.em%20que%2078%2C4%25%20dos%20estudantes%20se%20autodeclararam%20PPI>. Acesso em: 5 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

elevação significativa desses dois segmentos, respectivamente, 2.000 e 265 matriculadas(os).¹¹ Quanto às pessoas com deficiências, as fontes oficiais da UFPA disponibilizam informações apenas de 2022, ilustrando que foram matriculadas(os) na graduação e na pós-graduação 811 alunas(os) PcD, de um total de 50.335 matrículas, isto é, 1,6%¹². Em relação aos discentes imigrantes ou estrangeiras(os), dados encontrados referentes a 2018 indicam 300 pessoas nesta condição¹³.

A conquista quantitativa ainda se encontra aquém de qualificação. A interlocução crítica dos coletivos com a gestão da UFPA tem sido frequente, principalmente dos grupos de negras(os), como a Juventude Negra do CEDENPA, Xica Manicongo, Kizomba, Negritude em Movimento e das(os) jovens lideranças do segmento LGBTQIAPN+, como Juntos, Correnteza e Orquídeas, os mais atuantes nas lutas sociais. Esses coletivos têm dado visibilidade às reivindicações pela transparência de sistematização de dados sobre autodeclaração discente por raça, etnia, sexo, gênero na Pró-Reitoria de Ensino. A ausência desta organização reverbera nas faculdades e institutos, ocasionando tensões entre discentes e a gestão dessas unidades, principalmente por parte de discentes ativistas e/ou vinculadas(os) aos coletivos, que reconhecem a relevância dos dados quantitativos na negociação para melhoria das políticas públicas.

As(os) alunas(os) trans relatam que, a despeito dos números, as ações mostram-se insuficientes para inferir a presença de pessoas trans e travestis na UFPA. Elas(es) se sentem representadas(os) apenas nos dados obtidos por meio do Processo Seletivo de 2024, em que se autodeclararam trans/travestis, permanecendo a intransparência do quantitativo efetivo desses discentes na universidade. Uma situação que tem sido enfrentada pela adoção de nome social, que não aparece nos documentos acadêmicos, como a lista de frequência das disciplinas cursadas. As(os) discentes alegam que a autodeclaração centrada no gênero, sem interconexão com a raça, etnia e o segmento de classe social, constitui outro limite do registro institucional, uma

¹¹ Matéria “Representatividade importa: estudantes quilombolas e indígena agora coordenam o DCE da UFPA”, de Jéssica Souza, da ASCOM, para o site da UFPA. Disponível em: <https://ufpa.br/representatividade-importa-estudantes-quilombola-e-indigena-agora-coordenam-o-dce-da-ufpa/#:~:text=A,tualmente%2C%20a%20Universidade%20tem%20mais%20de%202%20mil,estudantes%20quilombolas%20e%20cerca%20de%20265%20ind%C3%ADgenas%20matriculados>. Acesso em: 5 jul. 2024.

¹² SIGAA/2022. “Dados estudantes com deficiência 2022”, Coordenadoria de Acessibilidade - CoACCESS e Superintendência de Assistência Estudantil - SAEST. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rs3epXtGUWHMQ-MOK8QOKTnsuQBrdvx2/view?pli=1>. Acesso em: 5 jul. 2024.

¹³ “UFPA possui 300 alunos estrangeiros”, de Glauce Monteiro - ASCOM, para o site da UFPA. Disponível em: <https://ufpa.br/ufpa-possui-300-alunos-estrangeiros/>. Acesso em: 5 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vez que a maioria das(os) integrantes dos coletivos é oriunda de famílias com renda mensal estimada em torno de três salários mínimos e, por conseguinte, é negra. Se, por um lado, essa demanda discente evidencia a recusa da tendência institucional de elucidar o identitarismo, na preocupação “do politicamente correto”, por outro lado, infere a materialização da consubstancialidade e interseccionalidade na execução da política de ações afirmativas. Tem sido presente nos relatos das(os) militantes dos coletivos a necessidade de superação no discurso institucional da sinonímia entre ações inclusivas e específicas para pessoas negras, indígenas, trans, deficientes, por entender-se que a referida compressão fragmenta a totalidade que caracteriza as desigualdades e a diversidade¹⁴.

As demandas acima expostas pelos coletivos juvenis na UFPA incluem-se na agenda por uma política de ensino que atenda suas reivindicações, para além da suposta dicotomia entre universal, particular e singular. Essas e esses jovens universitárias(os) fazem com frequência, deferência às obras e ativismo de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Abdias do Nascimento, Nêgo Bispo dos Santos, Ailton Krenak, Eliana Potiguara, Graça Graúna, dentre tantas(os) outras(os) intelectuais negras(os) e indígenas brasileiras(os) e estrangeiras(os), como Angela Davis, bell hooks, bem como as expressões da teoria e do movimento lésbico e gay, Jules Falquet, Judith Butler e Hiro Okita.

O Coletivo Negritude em Movimento foi criado pelas discentes que se autoidentificam como negras na faculdade de Serviço Social. Embora homens cisgênero e trans participem do movimento, são as jovens que estão na direção, representando o grupo nos eventos. Apesar deste caso refletir o fato de a maioria das(os) discentes ser constituída por mulheres cisgênero e negras, as alunas têm mostrado que não é mais possível dar centralidade apenas a uma injunção da existência humana. O compromisso assumido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com a luta antirracista e antissexista tem rebatido de forma intensa na liderança do referido coletivo, que tem cobrado da direção da faculdade uma postura mais efetiva no processo de revisão

¹⁴ Dados apresentados no “Seminário Construindo a Presença de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”, pela ADIS, em resposta a uma solicitação do Ministério Público Estadual, realizado no mês de junho de 2024, informaram que 13 pessoas trans solicitaram adoção do nome social. O perfil delas indica que 8 (61,5%) são egressas de escola pública e negras; 5 (38,5 %) se autodeclararam brancas e 11 (84,6%) são cotistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

curricular em curso¹⁵, uma atitude recente, uma vez que até cinco anos atrás não havia registro deste tipo mobilização, conforme chamam atenção Nascimento, Fialho, Oshai e Ribeiro (2021).

A luta por uma formação, um currículo que incorpore saberes, disciplinas que problematizem formas de existir e de se organizar, que continuem ausentes na graduação e na pós-graduação na UFPA e na maioria das outras IES, tem forçado a gestão da universidade a realizar, em parceria com os coletivos, seminários e atividades de formação para técnicas(os) e docentes, como foi o caso do “I Seminário Construindo a Presença de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”, que ocorreu nos dias 25 e 26 de junho do corrente ano, em decorrência de uma solicitação do Ministério Público Estadual, após judicialização de discentes. O evento reuniu lideranças locais e nacionais¹⁶ e definiu uma agenda de enfrentamento não só para essas(es) estudantes, como para as ações afirmativas adotadas pela universidade.

Considerações Finais

A experiência no ensino, na extensão e na pesquisa na UFPA, tem atestado a luta e pautas dos coletivos juvenis pela visibilidade das teorias e práticas que colocam em questionamento as estruturas capitalistas, patriarcais, racistas, que historicamente têm sido responsáveis por toda forma de violência que acomete principalmente pessoas que se reproduzem, biológica e socialmente, enfrentando as inúmeras formas de exploração, dominação e opressão, sustentáculos da classe burguesa e de seus aliados, ideólogos(as) das desigualdades de classe, raça, etnia, sexo, gênero, deficiência, dentre outras.

Os dados possibilitados pela pesquisa em curso remetem à contribuição ímpar de jovens indignadas(os), que, como no passado, têm possibilitado alterar o *modus operandi* do conservadorismo na universidade. Hoje, em tempos de reconhecimento das ações afirmativas, essa instituição se dispõe a rediscutir a educação numa perspectiva antirracista, antipatriarcal, anti-homofóbica e anticapacitista, como uma das formas de amenizar a falta de reparações concretas do Estado brasileiro, principalmente a negras/os e indígenas. Não hesitamos em afirmar que os coletivos juvenis universitários, estão contribuindo de forma decisiva para o

¹⁵ A oficina do Projeto “ABEPSSS Itinerante”: as diretrizes curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos, realizada na faculdade de Serviço Social da UFPA, no final do mês de maio deste ano, contou com participação significativa de discentes, principalmente da graduação, se comparada com a presença de docentes. As alunas e os alunos não só estiveram presentes, como estabeleceram interlocução qualificada com docentes e assistentes sociais supervisoras de estágio.

¹⁶ A secretária nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, participou do seminário e informou que a referida secretaria dispõe de orçamento para investir em ações demandadas pelo mencionado segmento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reposicionamento das propostas do imbricamento, do *nó*, alquimia, interseccionalidade, consubstancialidade/coextensividade, reafirmando a vocação daquelas(os) consideradas(os) *minorias* pelos algozes, em pensar, propor e agir de maneira coletiva, encarando o sexismo e o racismo –, injunções radicais de distinção negativa do capitalismo.

Referências

ABRAMO, H. W. Os jovens como foco das ações da sociedade brasileira. São Paulo, 1999. Mimeo.

ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V. de; SPOSITO, M. P. Pontes (Org.). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

BEZERRA, V.; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Coleção Serviço Social).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no ensino básico, a educação brasileira se viu diante de um difícil desafio: modificar sua matriz monocultural para considerar a riqueza e a contribuição da diversidade indígena para a compreensão da cultura e história nacional. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude-SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.p df>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CASTRO, M. G. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos: gênero, raça e geração do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, Ano 0, n. 0, p. 57-73, jan.-jun. 1992.

COLLINS, P.; BILGES, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole**. São Paulo: Annablume, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. **Revista Margem Esquerda**, n. 27, p. 26-30. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELPÍDIO, M. H. Os fundamentos do Serviço Social e a questão étnico-racial. *In*: ELPÍDIO, M. H. *et al.* (Org.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista**: questões étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021. p. 73-98.

EURICO, M. C. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 19, n. 41, p.414-427, 2017.

FALQUET, J. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano VI, n. 5, dez. 2012.

GROPPO, L. A.; FILHO, M. Z.; MACHADO, O. L. **Juventude e Movimento Estudantil**: ontem e hoje. Recife: EDUFPE, 2008.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 314-322, set./dez. 2018.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.26, n.1, jan./jun. 2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, v. 86, mar. 2010.

MENEZES, J. A. de; COSTA, M. R.; ARAÚJO, T. C. dos S. (Orgs.). **JUBRA**: territórios interculturais de juventude. Recife: EDUFPE, 2013.

NASCIMENTO, M. A. C.; FIALHO NASCIMENTO, N. S.; ARÊDA-OSHAI, C. M.; RIBEIRO, P. A. Negros e indígenas na Amazônia no contexto da formação em Serviço Social. *In*: CUNHA, M. G. N. *et al.* (Org.). **PROCAD Amazônia 2**: formação e trabalho do assistente social no Norte e no Sul do Brasil. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021. p. 169-194.

NOVAES, R. Juventude e Participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. *In*: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V. de; SPOSITO, M. P. (Org.). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ROCHA, R. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**: avanços e desafios. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. Novas perspectivas metodológicas de investigações de gênero. *In*: MORAES SILVA, M. A. (Org.). **Mulher em seis Tempos**. Araraquara: UNESP, 1991. p. 141-176.